

Estudo comparativo e administrativo do Estado do Rio De Janeiro, entre 1830 e 1850

Anniele Sarah Ferreira de Freitas

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia – UFRJ -
anniesfreitas@gmail.com

Camila Vieira de Almeida

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia - UFRJ

Paulo Márcio Leal de Menezes

Laboratório de Cartografia – Departamento de Geografia - UFRJ

Alan José Salomão Graça

Instituto Militar de Engenharia – IME - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Cartográfica

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo dar continuidade aos estudos de Involução Cartográfica e saciar o banco de dados de nomes geográficos do Rio de Janeiro, que vem sendo desenvolvido pelo Laboratório de Cartografia, do departamento de Geografia da UFRJ. Comparando os mapas históricos do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1830 e 1850, com o mapeamento atual, a finalidade do trabalho é usar os elementos de comparação que foram definidos em termos populacionais – municípios, cidades, vilas e distritos – dentro da cartografia histórica. Estas informações permitirão através das alterações ocorridas na área do estado, dentro do período determinado, verificar mudanças de comportamento, sejam por fatores culturais, sociais, territoriais e outros possíveis. Além disso, será estabelecido um estudo comparativo entre a geonímia da época e atual.

PALAVRAS-CHAVE: Involução Cartográfica; Geonímia; Mapas históricos.

ABSTRACT

This paper aims to continue the studies of Involution Cartographic and quench the database of geographical names of Rio de Janeiro, which has been developed by the Laboratory of Cartography, Department of Geography, UFRJ. Comparing historical maps of Rio de Janeiro in the period between 1830 and 1850, with the current mapping, the purpose of work is to use the elements of comparison that were defined in terms of population - cities, towns, villages and districts - within the historical cartography. This information will allow through changes in the area of the state, within the specified period, see changes in behavior, whether by cultural, social, territorial and other possible. Furthermore, a comparative study will be established between the current and geonimy season.

KEYWORDS: Cartographic involution; Geonimy; Historical Maps.

I - INTRODUÇÃO

O trabalho tem como princípio suprir as necessidades de pesquisa em relação à cartografia histórica do Rio de Janeiro. O laboratório de cartografia, GeoCart, do departamento de geografia, localizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realiza pesquisas a partir de evoluções territoriais e alteração toponímica em torno no estado do Rio de Janeiro, e dentro deste contexto eleva a pesquisa de involução cartográfica há um novo estágio. No recorte espaço-temporal que a primeira pesquisa¹ retratou, localizar o período de mudanças mais latentes para a formação territorial e política da província fluminense, tornou-se o novo patamar que leva ao aprofundamento da mesma. Assim, focar no período de 1830 a 1850 traz em si a justificativa de estudar o fracionamento territorial e a organização política institucional do Rio de Janeiro.

Esta parte da história confunde-se com a crônica política do país, tornando impossível a tarefa de separar os registros nacionais dos estaduais, já que o estado do Rio de Janeiro teve papel relevante para o Brasil. Desta maneira, constrói-se aqui um breve relato sobre as relações político-administrativas da época, onde auxiliará no entendimento dos resultados das análises da pesquisa sobre os municípios criados no período. Estes são: Barra Mansa, Itaboraí, Magé, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Piraí, Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim e Vassouras, Rio Claro. Campos dos Goitacazes, São João da Barra e Paraty serão analisados a partir da perspectiva do seu ingresso à província do Rio de Janeiro.

Às questões toponímicas serão analisadas em relação a sua etimologia e a motivação de sua criação. A localização espacial de um topônimo surge quando a pesquisa histórica está repleta de necessidades geográficas. “De uma maneira geral, pode-se, sem sombra de dúvida, afirmar que não há Geografia sem nomes geográficos” (MENEZES; SANTOS, 2008, p.85).

O termo *involução cartográfica* se refere a “pesquisa da evolução reversa associada às divisões administrativas do estado do Rio de Janeiro, em caráter temporal”. (MENEZES et al; 2003).

O projeto anterior qualificou os municípios de acordo com a data de instalação de cada um, neste trabalho foram consideradas também as criações dos territórios deferidos.

¹ A pesquisa referida é: Involução cartográfica do Rio de Janeiro iniciada em 2003 com o financiamento da FAPERJ. MENEZES et al; 2003.

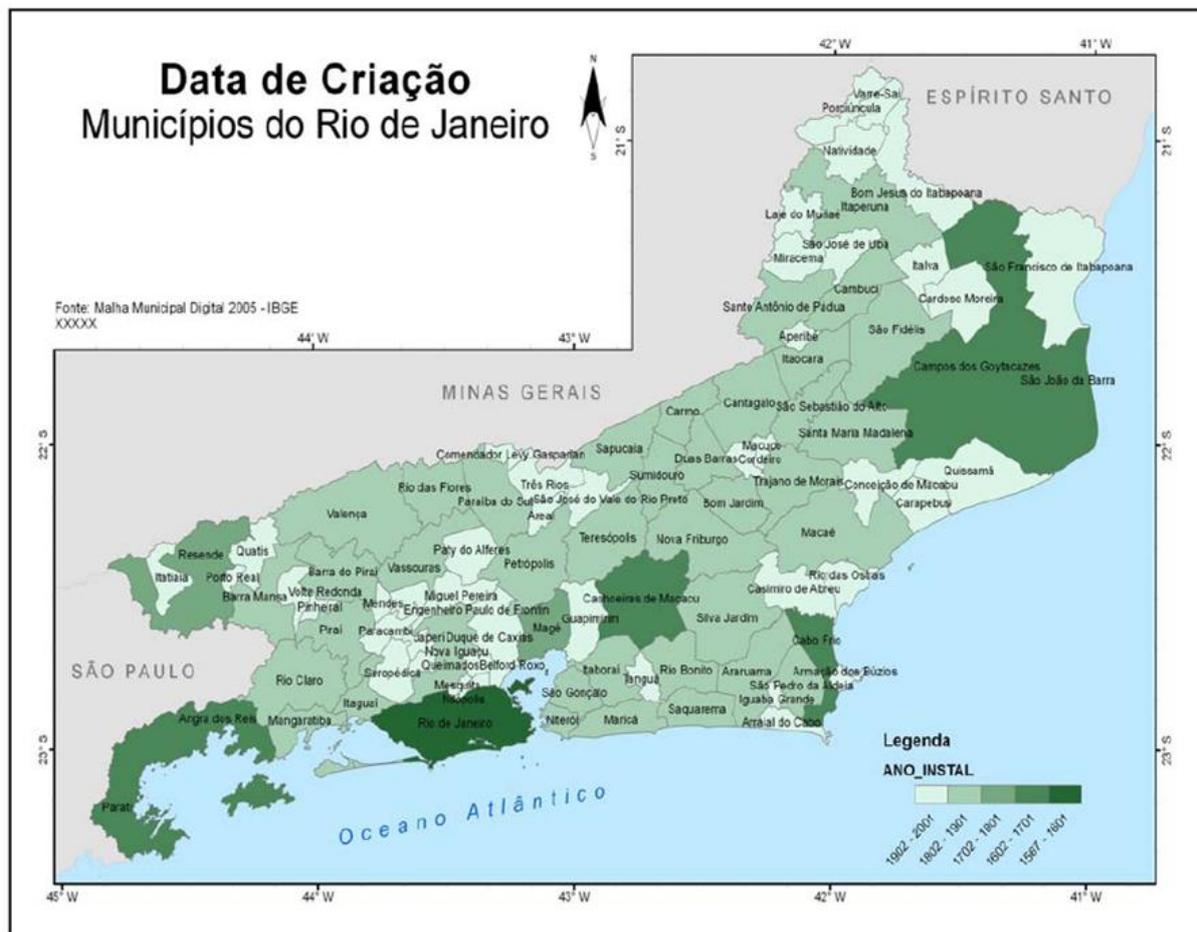


Figura 01: Mapa municipal de acordo com as suas respectivas criações. (Fonte: SANTOS; 2008).

II - ÁREA DE ESTUDO

O território da antiga Província do Rio de Janeiro, junto à capital e município neutro do Império é o objeto desta pesquisa, que pretende reunir dados básicos de sua posição e extensão, apresentando sua divisão político e administrativa mapeando-a num processo involutivo. O Rio de Janeiro apresenta uma área total, atualmente, de 43.909,7 km². Até 1850 contava apenas com 27 municípios, hoje em dia cresceu para o total de 92.

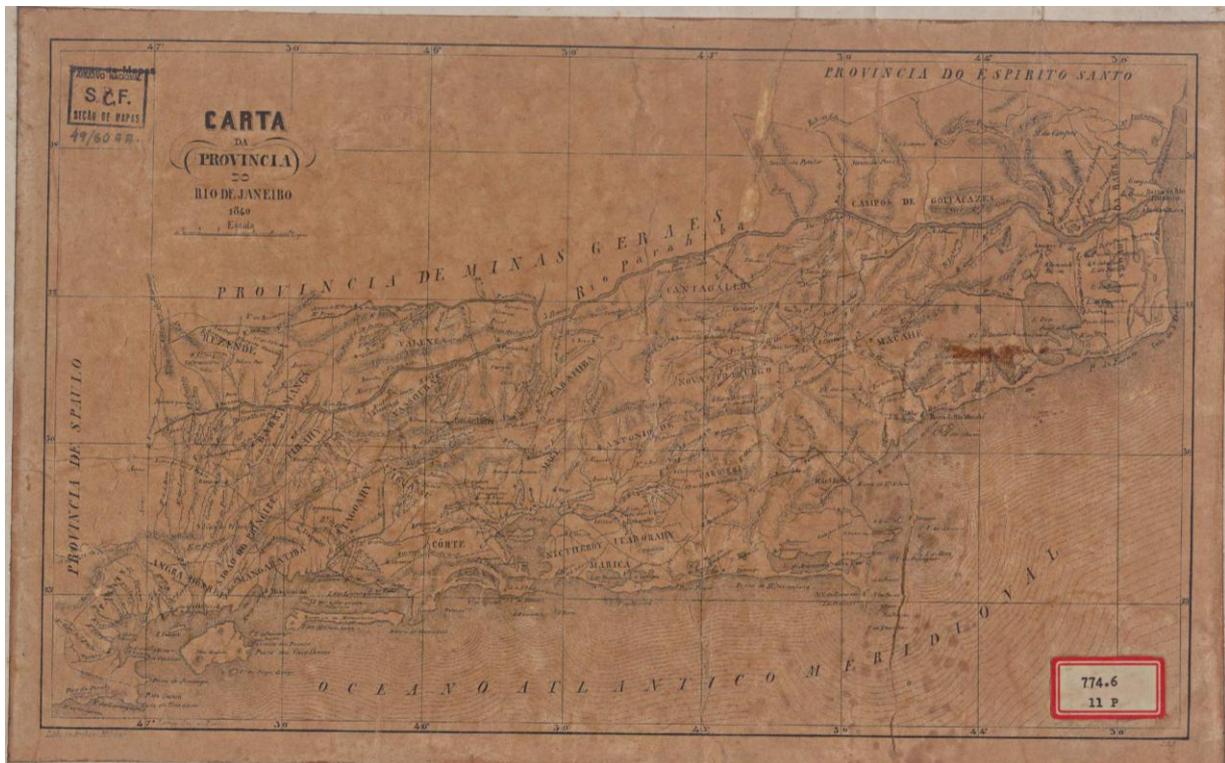


Figura 02: Carta da Província do Rio de Janeiro de 1840. (Fonte: Arquivo Nacional).

III - O ASPECTO POLÍTICO

O Brasil passa por mudanças radicais na época oitocentista, a principal foi sua política quando ocorre sua emancipação do Império português em 1822. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se torna a capital do Império em 1819, e em 1834 com um ato adicional da constituição vigente data em 1824, é elevada a categoria de município neutro – somente em 1889 a cidade passa a ser chamada de distrito federal com o advento da república. Esta mudança, a província do Rio de Janeiro é envolta de grande enfoque político-econômico-social, já que sua principal cidade torna-se a redentora dos poderes administrativos e institucionais do Império brasileiro, sua capital então é transferida para a cidade de Niterói.

A nova constituição estabeleceu pontos culminativos para a história do país, mas para isto precisou de um ponta-pé inicial e este foi a falta de maioria do príncipe regente D. Pedro II. A antecipação da maioria de Pedro II foi garantida de modo que atendesse as necessidades dos partidos políticos e não permitisse outra (r)evolução, onde mais tarde seria estabelecida a república. Antes que essa manobra ocorresse às vias de fato, estabeleceu-se o período regencial, nele o encaminhamento da república esteve nas mãos de deputados. A regência trina foi a de maior destaque, o partido moderador representante dos grandes fazendeiros da região sudeste, favoreceu-se de várias maneiras, dentre as quais a possibilidade que

muitos areais, aonde se estabeleciam suas propriedades, pudessem ter a chance de serem elevados a categorias acima das suas, seguindo a hierarquia urbana até a instalação definitiva do município.

Do ponto de vista econômico, a agricultura era baseada na exportação de açúcar, algodão e café, basicamente. Outras economias de subsistência interligavam áreas no território ao redor da província. Barra Mansa, Pirai, Vassouras, Rio Claro, Paraíba do Sul, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua e outros, são exemplos de áreas que originalmente registraram seus primeiros índices habitacionais através de rotas comerciais que usavam caminhos do transporte da mineração e do café, vindos de São Paulo ou Minas Gerais. À medida que essas caravanas iam adentrando o território fluminense, formavam um perfil de ocupação. Segundo Marcelo Lopes de Souza, o território é um espaço delimitado por e a partir de relações de poder, e a nessa perspectiva que a região do Vale do Paraíba reflete em sua característica de ocupação as tais relações de poder. Os barões do café, que agraciados pelo poder econômico de suas propriedades influenciaram e alguns até ajudaram na construção de estradas que interligassem suas áreas de comercialização, cultivo e o aos portos de Angra dos Reis e do município neutro.

Vale lembrar que o federalismo garantiu certa autonomia aos fazendeiros da região.

A região do Vale do Paraíba é a área, cuja maior se destaca na quantidade de municípios do espaço-temporal estudado, é necessário frisar que levou-se em consideração, as datas de instalação municipal, de acordo com os estudos realizados pelo IBGE e em pesquisas anteriores do laboratório, fator que garante a importância do fracionamento territorial. Quando se trata da data de instalação municipal, o fator que garante isto é a lei que vigora e estabelece a nova ordem urbana, é o exemplo de Parati:

A freguesia e a vila de Parati, e conseqüentemente o município, foram criados em virtude da Carta Régia de 28 de fevereiro de 1667.

A vila de Parati adquiriu foros de cidade por efeito da Lei provincial nº 302, de 11 de março de 1844, o que foi confirmado pelo Decreto estadual nº 28, de 3 de janeiro de 1890. (BRASIL, 1964, pag. 207)

Para ocorrer a elevação à categoria de município deve-se atender à algumas especificidades:

Portanto, a criação de municípios, mediante a emancipação de distritos, deve dar-se mediante lei estadual a ser apreciada pela respectiva assembléia legislativa, precedida por consulta prévia à população interessada mediante plebiscito, dependendo, todavia, da aprovação de lei complementar federal que verse sobre o período em que se dará a criação dos municípios e sobre o conteúdo dos Estudos de Viabilidade Municipal, nos termos do art. 18, §4º, da Constituição, não havendo, até o momento, lei complementar federal dispondo sobre o tema. (FERNANDES, 2009)

Dentro deste recorte temporal, é indispensável notar que as leis que vigoram sobre este exercício, são da monarquia constituinte de 1824, onde a Lei das Câmaras Municipais garantiram alguma autonomia

local. Esta lei “nunca foi revogada pelo Estado imperial, permanecendo como a principal referência da organização político-administrativa no âmbito local” (GOUVÊA, 2008, pag. 22)

Em 1844 a Vila de Parati ganhou foros de cidade, caso parecido ocorreu com Campos e São João da Barra, que eram administrados pela ex-capitania de São Tomé no Espírito Santo, a elevação à cidade se deu em 1832. Todas estas cidades já possuíam grande autonomia, antes de sua agregação ao espaço fluminense no século XVIII, a alteração da paisagem em função do incremento territorial da província neste momento anterior, serão verificados em mapas históricos, e produzidos pelo laboratório estudos que complementem da mesma maneira os do objetivo principal.

Abaixo seguem listados os municípios erigidos à época, com suas origens (capitanias e outras cidades que sofreram fracionamento), sua alteração toponímica, mas sem serem levadas em consideração as mudanças ortográficas da língua portuguesa. O município de Vila da Estrela também está inserido na pesquisa, mesmo sem vingar ele foi constado na pesquisa bibliográfica, e possivelmente hoje ocupa cidade de Magé ocupa o seu espaço. Apesar de sua composição ter sido feita pelos distritos de N. S^a do Pilar, Inhomirim, Vila de Pacobaíba e Petrópolis.

| | |
|---------------------------------|--|
| Barra Mansa | |
| Data de Emancipação: | 1832 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Resende |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul; Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | São Sebastião da Barra Mansa; Vila de Barra Mansa |
| Distritos: | Barra Mansa, Antônio Rocha, Floriano, Nossa Senhora do Amparo, Rialto e Santa Rita de Cássia |
| Campos dos Goitacazes | |
| Data de Emancipação: | 1667 |
| Data de Instalação: | 1667 |
| Origem: | Paraíba do Sul (ex-São Tomé) |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul |
| Alteração Toponímica Municipal: | São Salvador dos Campos; Campos |
| Distritos: | Campos de Goitacazes, Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos |

| | |
|---------------------------------|--|
| Campos dos Goitacazes | |
| Data de Emancipação: | 1883 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Santo Antônio de Sá; São José D'el Rei |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | São João de Itaboraí |
| Distritos: | Itaboraí, Cabuçu, Itambi, Porto das Caixas, Sambaetiba |

| | |
|---------------------------------|--|
| Itaboraí | |
| Data de Emancipação: | 1883 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Santo Antônio de Sá; São José D'el Rei |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | São João de Itaboraí |
| Distritos: | Itaboraí, Cabuçu, Itambi, Porto das Caixas, Sambaetiba |

| | |
|---------------------------------|---|
| Mangaratiba | |
| Data de Emancipação: | 1881 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Angra dos Reis; Itaguaí |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba |
| Distritos: | Mangaratiba, Jacareí, Itacuruça, Muriqui. |

| | |
|---------------------------------|---|
| Nova Iguaçu | |
| Data de Emancipação: | 1883 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Rio de Janeiro |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Freguesia Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, Villa de Iguassú, Maxambomba |
| Distritos: | Nova Iguaçu, Cava, Mesquita |

| | |
|-----------------------|------|
| Paraíba do Sul | |
| Data de Emancipação: | 1883 |

| | |
|---------------------------------|---|
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Paty do Alferes; Vassouras |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul |
| Alteração Toponímica Municipal: | -X- |
| Distritos: | Paraíba do Sul, Salutaris, Inconfidência, Werneck |
| Paraty | |
| Data de Emancipação: | 1667 |
| Data de Instalação: | 1667 |
| Origem: | Rio de Janeiro |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Vila de Parati |
| Distritos: | Parati, Parati-Mirim e Tarituba |
| Piraí | |
| Data de Emancipação: | 1837 |
| Data de Instalação: | 1838 |
| Origem: | Resende; Barra Mansa; São João do Príncipe |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul; Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Santana do Piraí |
| Distritos: | Piraí, Monumento, Arrozal, Sanatanésia |
| Rio Bonito | |
| Data de Emancipação: | 1768 |
| Data de Instalação: | 1846 |
| Origem: | Cabo Frio; Saquarema; Silva Jardim |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Nossa Senhora da Conceição do Rio do Ouro |
| Distritos: | Rio Bonito, Boa Esperança, Basílio |
| Rio Claro | |
| Data de Emancipação: | 1849 |
| Data de Instalação: | 1850 |
| Origem: | Resende; São João do Príncipe |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |

| | |
|---------------------------------|--|
| Alteração Toponímica Municipal: | São João do Príncipe; São João Marcos; Rio Claro; Itaverá |
| Distritos: | Rio Claro, Lídice, São João Marcos, Passa Três, Getulândia |
| São João da Barra | |
| Data de Emancipação: | 1667 |
| Data de Instalação: | 1667 |
| Origem: | Paraíba do Sul (ex-São Tomé) |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul |
| Alteração Toponímica Municipal: | Paraíba do Sul; São João da Praia |
| Distritos: | São João da Barra, Barcelos e Pipeiras |
| Saquarema | |
| Data de Emancipação: | 1841 |
| Data de Instalação: | 1841 |
| Origem: | Cabo Frio |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema; Vila de Araruama |
| Distritos: | Saquarema, Bacaxá, Sampaio Correia |
| Silva Jardim | |
| Data de Emancipação: | 1841 |
| Data de Instalação: | 1843 |
| Origem: | Cabo Frio |
| Capitania de Origem: | Rio de Janeiro |
| Alteração Toponímica Municipal: | Nossa Senhora da Lapa do Capivari; Capivari |
| Distritos: | Silva Jardim, Aldeia Velha, Gaviões, Correntezas |
| Vassouras | |
| Data de Emancipação: | 1833 |
| Data de Instalação: | 1833 |
| Origem: | Paty do Alferes |
| Capitania de Origem: | Paraíba do Sul |
| Alteração Toponímica Municipal: | Vila de Paty do Alferes; Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras |
| Distritos: | Vassouras, Andrade Pinto, São Sebastião dos Ferreiros, Sebastião Lacerda |

| | |
|----------------------|---|
| Vila da Estrela | |
| Data de Emancipação: | 1846 |
| Data de Extinção: | 1892 |
| Composição: | N. S ^a do Pilar, Inhomirim, Vila de Pacobaíba e Petrópolis |

A genealogia municipal do estado do Rio e Janeiro, a partir da cidade de Angra dos Reis, pretende mostrar uma visão geral dos desmembramentos das unidades administrativas, fortalecendo a característica da evolução cartográfica político-administrativa.

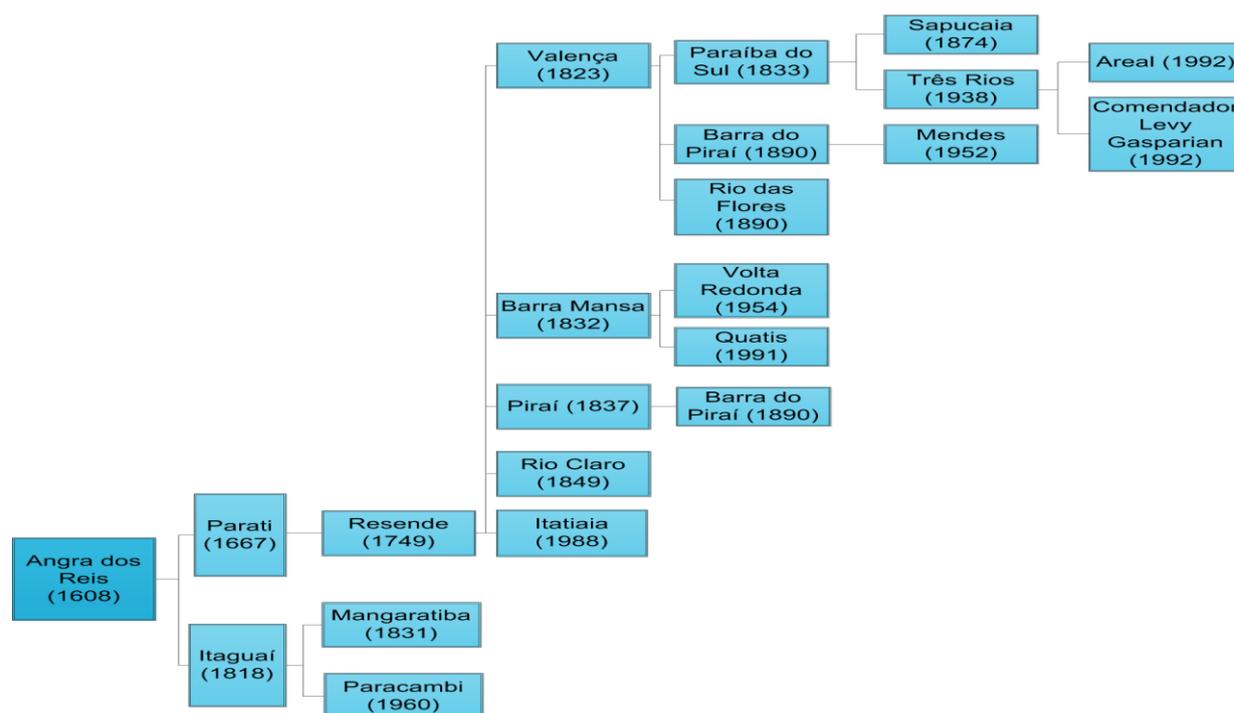


Figura 03: Organograma com a genealogia municipal do estado do Rio de Janeiro. (Adaptado de IBGE, 1995).

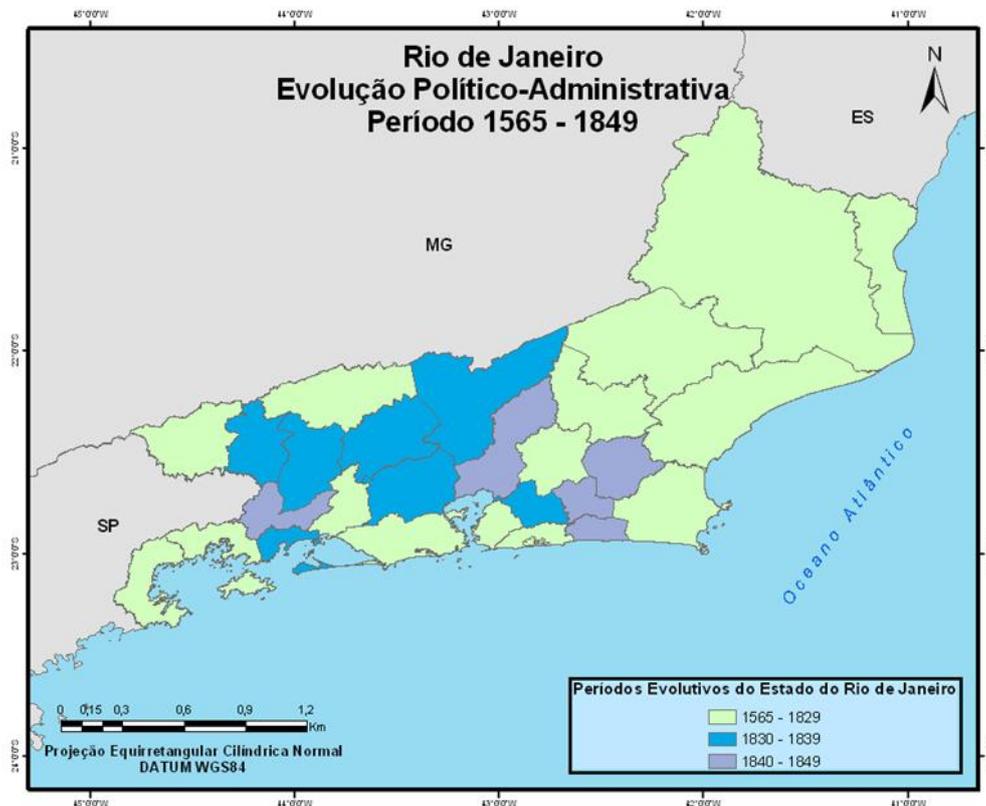


Figura 04: Municípios instalados até o ano de 1849. (Produzido por FREITAS; 2010).

IV - MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA E DIACRONIA²

Além do estudo das condições político-administrativas dos municípios no espaço-temporal determinado pela pesquisa, a motivação toponímica e a classificação de acordo com as condições taxionômicas de cada uma foram analisadas. Estes dados, também validaram o banco de dados do laboratório, mediante as pesquisas de cartografia histórica do Rio de Janeiro.

A motivação toponímica reúne a idéia de que cada povo nomeia lugares e pessoas de acordo com sua cultura, sendo assim a vivência, a experiência e a singularidade dão ao espaço uma personalidade própria, ampliando-o muito além da forma unívoca. O componente histórico, afeta o lugar de maneira que modifica os elementos que compõem aquela paisagem. Souza (2008), diz que:

A denominação dos lugares possui uma direta relação com os deslocamentos de grupos humanos e seu possível estabelecimento sobre a superfície terrestre. Esse estabelecimento, e a necessidade de hierarquizar e identificar o ambiente à sua volta, induz o ente humano a fixar denominações para os lugares e demais feições geográficas.

² Caráter dos fenômenos lingüísticos estudados do ponto de vista de sua evolução no tempo. (KOGAN/HOUAISS, 1995)

O ato de afirmar a existência de uma identidade garante a sua fixação e construção do lugar como um todo.

A taxionomia se divide em duas vertentes: Motivação de feições geográficas de natureza física e as motivações geográficas de natureza antropocultural. Estas indicam o tipo de motivação e também seu significado relativo. Ao estudar a diacronia dos nomes geográficos, a percepção da etnia e da tipologia mensurou o componente histórico a partir da perspectiva do conceito de lugar, onde um determinado espaço possui sua própria personalidade quando o homem já tenha vivido sobre ele sua vivência. (TUAN, 1974).

| Município | Motivação toponímica | Significado | Natureza Taxionômica | Etnia | Tipologia |
|-----------------------|----------------------|---------------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------------|
| Barra Mansa | Hidro | Acidente hidrológico | Física | Portuguesa | Composto |
| Campos dos Goitacazes | Fito | Índole vegetal | Física | Portuguesa/Povos Originários | Híbrido - composto |
| Itaboraí | Lito | Índole mineral | Física | Povos Originários | Simples |
| Mangaratiba | Fito | Índole vegetal | Física | Povos Originários | Simples |
| Nova Iguaçu | Crono | Indicador cronológico | Antro-cultural | Portuguesa/Povos Originários | Composto |
| Paraíba do Sul | Hidro | Acidente hidrológico | Física | Portuguesa/Povos Originários | Híbrido - composto |
| Paraty | Zoo | Índole animal | Física | Povos Originários | Simples |
| Piraí | Hidro | Acidente hidrológico | Física | Povos Originários | Simples |
| Rio Bonito | Hidro | Acidente hidrológico | Física | Portuguesa | Composto |
| Rio Claro | Hidro | Acidente hidrológico | Física | Portuguesa | Composto |
| São João da Barra | Hagio | Santos e santas do hagiológico romano | Antro-cultural | Portuguesa | Composto |
| Squarema | Zoo | Índole animal | Física | Povos Originários | Simples |
| Silva Jardim | Antropo | Nomes próprios individuais | Antro-cultural | Portuguesa | Composto |
| Vassouras | Fito | Índole vegetal | Física | Portuguesa | Simples |
| Vila da Estrela | Astro | Corpos celestes | Física | Portuguesa | Composto |

Quadro 1 - Estudo toponímico.

Ainda sob a perspectiva da diacronia, podemos especificar melhor com o exemplo do município de Nova Iguaçu. Além das mudanças geográficas, houve também as da Academia Brasileira de Letras, vejamos abaixo no fluxograma:

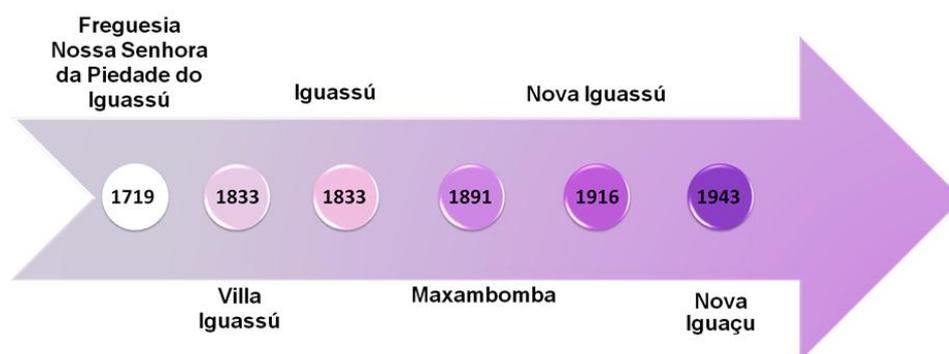


Figura 05: Fluxograma toponímico temporal (Fonte: ALMEIDA; FREITAS, 2010).

As alterações na língua portuguesa, não necessariamente acompanham a modificação do espaço.

V - METODOLOGIA

Os dados secundários foram extraídos para dar início ao processo de coleta, foram escolhidos os anuários do estado do Rio de Janeiro, publicado entre os anos de 1964 e 1965, como fonte de características da evolução social e política das áreas abrangidas. Após este contato inicial, fontes bibliográficas foram levantadas e examinadas compor a base bibliográfica.

No segundo momento, a análise dos dados coletados foram exauridamente comparadas com mapas adquiridos no Arquivo Nacional e também aos que já faziam parte do acervo da mapoteca do GeoCart. Muitos dos dados encontrados são ainda motivos de inconstância para a pesquisa, já que autores e publicações conceituadas demonstram incompatibilidade na exatidão das informações.

No decorrer do desenvolvimento das bases cartográficas, as iniciais precisaram passar por correções, já que mostravam erros de posicionamento dos municípios, ao fim desse processo novas bases foram elaboradas para especificar a localização espacial dos municípios.

O tratamento das informações é por meio de um banco de dados, onde se encontram o material não gráfico, nesta fase será estabelecida uma ligação entre as bases cartográficas e as tabelas com as informações levantadas durante a análise de dados.

Como forma de validar os resultados, ao fim da pesquisa serão disponibilizados todo o material produzido pelo laboratório em seu próprio site e também ficarão a disposição da Universidade e os demais institutos de pesquisa, no acervo do GeoCart.

VI - CONCLUSÕES

No presente momento foram catalogadas todas as mudanças hierárquicas ocorridas nos municípios ao longo do tempo, dando ênfase no período definido para o desenvolvimento deste trabalho. Na caracterização do período de 1830 a 1850, busca-se sanar dúvidas para que a divisão político-administrativa da época seja a mais próxima possível da realidade, através da aquisição da maior quantidade de informações disponíveis da época. E assim, desde já complementar as informações colhidas anteriormente e fomentá-las de maneira que justifiquem as mudanças ocorridas. Quanto à ausência de mudanças toponímicas municipais, não foram listadas por não implicarem na alteração espacial e também porque as questões de padronização da ABL ainda não estão bem definidas.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABL - ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa/ Academia Brasileira de Letras; Antonio José Chediak, coordenador-geral; prefácio de Arnaldo Niskier. Rio de Janeiro. 1999.
- ALMEIDA, C. V.; FREITAS, A. S. F. de; Mapeamento Político - Administrativo do estado do Rio de Janeiro entre 1830 e 1850. XXXII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural; 2010. Disponível em: <http://www.sigma-foco.scire.coppe.ufrj.br/UFRJ/SIGMA/jornadaIC/publicacao_foco/trabalhos/consulta/relatorio.stm?app=JIC_PUBLICACAO_TRABALHO&ano=2010&codigo=638&buscas_cruzadas=ON>.
- ABREU, A. I. da C. Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994. 360 p.
- ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: IBGE, Ed. 16. 1964-1965. 331 p.
- ABREU, A. I. da C. A ex-vila da Estrela e seu Porto. 1996. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/aica19960529.htm>.
- CASADEI, T. Páginas de História Fluminense. Niterói: Casa do Homem de Amanhã, 1971. 230 p.
- DICK, M. V. de P. A motivação toponímica e a realidade brasileira. Geo Arquivo do estado de São Paulo, 1990.
- CORRÊA, R. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Organ.) - Geografia Conceitos e Temas - 12ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 352 p.

- FERNANDES, M. S.; Criação de novos municípios na Constituição de 1988; Recanto das letras; Textos Jurídicos; 2009. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/textosjuridicos/1896212>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. Estudos para o planejamento municipal. Rio de Janeiro, 1997. v. 47. 69 p. , v. 48. 65 p. , v. 37. 69 p., v. 16. 75 p., v. 35. 75 p. , v. 3. 71 p.
- GOUVEA, M. de F. S. – O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. il., mapas. 362 p.
- KOOGAN/HOUAISS. Enciclopédia e dicionário ilustrado. Edições Delta. Rio de Janeiro, 1995.
- LAMEGO, A. R. – Setores da Evolução Fluminense. IBGE – Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 4V. : il., retrs.; 203 p.
- MATTOS, L. G. de.; SANTOS, N. L; SÁ, R. de A. (Coords.) – SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVA E GEOGRÁFICA DOS ESTADOS DO BRASIL: RIO DE JANEIRO. IBGE. Departamento de Documentação e Biblioteca. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 81 p.
- MENEZES, P.M.L.; DIAS, A.C.; COSTA, B.F. Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro. FAPERJ. 2003. Disponível em: <http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/InvoluE7%E3o_Cartografica_2003.pdf>.
- MENEZES, P. M. L. ; SANTOS, C. J. B. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 75 - 92, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002. 198 p.(Geografia: Teoria e Realidade: 48. Série “Linha de Frente”).
- MUNICÍPIOS. Governo do estado do Rio de Janeiro, RJ. Página eletrônica: informações. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro.pdf>>. Acesso em 2010.
- SANTOS, C. J. B. dos; Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses. Tese de doutorado; UFRJ-PPGG; 2008; 191 p.
- TUAN, Y.; Topofília: Um estudo da percepção, estudos e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira, Difel Difusão Editorial S.A. São Paulo, 1974.